

O IMPACTO DA POLIMEDICAÇÃO NA SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA

Thais Luana de Lima Araujo¹
Ísis de Siqueira Silva²
Gabriele Alves dos Santos³
Daniela Moura dos Reis⁴
Iago Vieira Gomes⁵

RESUMO

Introdução: O envelhecimento é um processo dinâmico e progressivo, responsável por uma série de alterações fisiológicas nos sistemas do corpo humano, repercutindo tanto sobre aspectos físicos como mentais, culturais e espirituais. Os múltiplos sintomas do processo de envelhecimento, geram uma busca e consequentes prescrições de medicamentos, muitas vezes equivocadas. O acesso facilitado nas farmácias, e os diferentes profissionais medicando ao mesmo tempo são fatores consideráveis nessa problemática. Metodologia: Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa da literatura, realizada entre os meses de abril e maio de 2019. Foram utilizadas as bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO); dentro dos critérios de elegibilidade, foram selecionados seis artigos publicados nos últimos seis anos, em língua portuguesa, texto completo disponível e que tratassem do referido tema. Os descritores utilizados foram: Envelhecimento, polimedicação e saúde, e AND como operador booleano. Resultados: O estudo de revisão evidencia a população idosa como consumidores assíduos de medicamentos em virtude das alterações do processo de envelhecimento, cerca de dois a cinco medicamentos por dia, o que ocorre muitas vezes sem notar a relevância do ônus atribuído a essa prática, como as interações medicamentosas. Conclusão: os idosos estão consumindo cada vez mais medicamentos, muitos de forma inadequada, além disso, existe uma falha na comunicação entre os diferentes profissionais prescritores. Assim, é necessário o treinamento e educação desses profissionais, com ênfase no estímulo a práticas preventivas e indicação de medicamentos longevo.

Palavras Chaves: Envelhecimento. Polimedicação. Saúde.

¹ Discente do Curso de Enfermagem da UFCG, e-mail: thaislaraujo2@gmail.com

² Discente do Curso de Enfermagem da UFCG, e-mail: isis1998.siqueira.silva@gmail.com

³ Discente do Curso de Enfermagem da UFCG, e-mail: gabrielealvessanto@gmail.com

⁴ Discente do Curso de Enfermagem da UFCG, e-mail: danimourareis@gmail.com

⁵ Enfermeiro Residente em Ortopedia e Traumatologia da UFPE, e-mail: iagovgomes@hotmail.com



O envelhecimento é um processo dinâmico e progressivo, responsável por uma série de alterações fisiológicas nos sistemas do corpo humano, repercutindo tanto sobre aspectos físicos como mentais, culturais e espirituais. Como discorre Santos et al. (2016), dentre as alterações fisiológicas decorrentes do envelhecimento, há uma maior prevalência de alterações endócrinas, patologias cerebrovasculares e neoplasias nessa população específica, sendo um fator determinante para o uso de múltiplas drogas, o que implica no aumento do risco de incapacidades, ampliação do número de internações hospitalares e, consequentemente, maior demanda por terapias farmacológicas.

O número crescente de idosos na população brasileira acarretou uma alteração importante no perfil de morbimortalidade, com predomínio das doenças crônico-degenerativas, a presença de comorbidades nos idosos são fatores que os deixam ainda mais vulneráveis ao processo de medicalização. Nesse sentido, é comum o uso de múltiplos medicamentos, ou polifarmácia em pessoas acima de 65 anos de idade e uma das causas relacionadas a esse crescimento é o aumento da expectativa de vida (BUENO et al. 2012).

A polifarmácia é comumente definida como o consumo múltiplo de medicamentos, embora não haja consenso na literatura quanto à quantidade de medicamentos necessária à configuração de sua prática. Além da comorbidade, estão implicados na gênese da polifarmácia o número de médicos consultados, a ausência de perguntas sobre os medicamentos em uso durante a consulta médica e a automedicação (CARVALHO et al. 2012).

Pacientes idosos apresentam riscos mais elevados de serem vítimas de interações medicamentosas, em função de alterações fisiológicas importantes, que ocorrem com o envelhecimento, principalmente nas funções hepática, renal e cardíaca, além da diminuição da massa muscular, do nível de albumina sérica e da quantidade total de água no organismo (GOMES, CALDAS, 2008).

Os idosos utilizam um número desproporcional de prescrições de medicamentos, o que causa problema com etiologia multifatorial. O acesso facilitado nas farmácias, e os diferentes profissionais medicando ao mesmo tempo são fatores consideráveis. O número de medicamentos, a complexidade dos regimes terapêuticos, especialmente na vigência de comorbidades, e as alterações farmacocinéticas e farmacodinâmicas inerentes ao processo de



envelhecimento são elementos que aumentam a vulnerabilidade desse grupo etário aos Eventos Adversos a Medicamentos (EAM), seja por reações adversas ou por interações medicamentosas. (CARVALHO et al. 2012).

A combinação otimizada de fármacos, prescritos de acordo com a melhor evidência disponível, pode curar, minimizar danos, aumentar a longevidade e melhorar a qualidade de vida (GAUTÉRIO et al, 2012). No entanto, algumas terapias são inadequadas e podem ocasionar reações adversas e interações medicamentosas e aumentar o risco para a iatrogenia. Nesse contexto, Corralo et al. (2016) afirma que a polimedicação favorece o descumprimento das prescrições, resultando em problemas relacionados com a segurança dos medicamentos.

A vulnerabilidade dos idosos aos eventos adversos relacionados a medicamentos é bastante alta, o que se deve a complexidade dos problemas clínicos, à necessidade de múltiplos agentes, e às alterações farmacocinéticas e farmacodinâmicas inerentes ao envelhecimento. O grande desafio dos enfermeiros, no Brasil que está envelhecendo, é contribuir na promoção do uso racional dos medicamentos (SECOLI et al. 2010).

Diante do exposto, surge-se a necessidade de desenvolver estudos para conhecer a realidade na prescrição medicamentosa que tem como alvo os idosos em seus diferentes contextos, afim de contribuir para os processos prevenção de complicações nas interações medicamentosas. Portanto, o objetivo deste estudo é avaliar o impacto da prática da polimedicação no processo de envelhecimento humano.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa da literatura, realizada entre os meses de abril e maio de 2019. Foram seguidas as seguintes etapas: estabelecimento da questão norteadora do estudo (Qual o impacto da prática da polimedicação na saúde da população idosa?), rastreio de estudos com base no levantamento bibliográfico, focando nas pesquisas que abordassem o tema envelhecimento humano, polimedicação e saúde do idoso. Foram utilizadas as seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os critérios de elegibilidade foram os seguintes: artigos publicados nas bases de dados, citados entre os últimos seis anos, em língua portuguesa, texto completo disponível e com abordagem da temática, foram utilizados os descritores: Envelhecimento, Polimedicação



e Saúde, e AND como operador booleano. Foram encontrados seis artigos que mais se aproximaram da temática, sendo utilizados para este estudo.

A avaliação dos estudos incluídos na revisão, foi com base na categorização dos estudos, procedeu-se avaliação das publicações com base nos objetivos, metodologia, resultados e conclusão destas. Na fase da discussão e interpretação dos resultados procedeu-se à análise das publicações selecionadas, tendo como subsídio a questão norteadora do presente estudo. Buscou-se estabelecer os pontos de convergência e divergência entre os artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Pereira e seus colaboradores, (2017) podemos evidenciar que com as alterações fisiológicas decorrente do processo de envelhecimento, ocorre uma modificação na farmacocinética e farmacodinâmica das classes farmacológicas mais utilizadas. Com isso, a pessoa idosa tem aumento da sensibilidade aos efeitos terapêuticos e adversos dos medicamentos, podendo causar danos severos à saúde.

Diante dessa nova realidade que muitos países se encontram, surge a preocupação com a polimedicação. Carvalho et al. (2012) afirma que a média de consumo diário é de dois a cinco medicamentos por dia e são particularmente sensíveis a efeitos adversos, interações medicamentosas e toxicidade. Estando ainda, associado a fatores como a familiaridade com o medicamento, experiências positivas anteriores, a função simbólica que os medicamentos exercem sobre a população e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Nessa perspectiva, os idosos estão mais vulneráveis aos riscos de intoxicação e até a situações mais extremas como o óbito acidental.

Em concordância com Ramos et al. (2016) é comum nos diversos medicamentos prescritos para população idosa encontrar prescrições de doses e indicações inadequadas e o uso de medicamentos sem valor terapêutico. Além disso, o consumo de medicamentos sem prescrição de um profissional de saúde habilitado é muito frequente trazendo risco a saúde e prejudicando as funções fisiológicas.

A reutilização do medicamento, em caso de repetição dos sintomas, demonstra o papel que o medicamento ocupa na solução dos problemas de saúde, transformado em uma espécie de esperança de cura que obscurece os pensamentos dos indivíduos. Esse fato bloqueia o idoso



como agente do próprio cuidado, tornando-o um ser passivo no seu processo saúde-doença, obediente e moldado ao modelo biomédico (FILHO et al. 2013).

A prática médica deve ser influenciada pelo conhecimento do conjunto de morbidades e polifarmácia prevalente em idosos, buscando formas de gerenciar os medicamentos e a morbidade crônica que evitem a iatrogenias e os efeitos adversos, maximizando o controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), na perspectiva de evitar internações desnecessárias e idas ao pronto-socorro, sobretudo, a incapacitação progressiva para o dia a dia e a perda da independência e autonomia (RAMOS et al. 2016)

De acordo com Nascimento et al. (2017), essa população normalmente possui, um alto risco para prescrição de medicamentos potencialmente inapropriados e são mais suscetíveis à perda de doses ou erros de administração, o que compromete a adesão ao tratamento. Além disso, apresentam estado nutricional muitas vezes comprometido. Tais características justificam a maior vulnerabilidade dos idosos à ocorrência de eventos adversos, redução de eficácia terapêutica e risco aumentado de interações medicamentosa.

Ademais, Pereira et al. (2017) relaciona a polimedicação ao baixo nível de escolaridade de um indivíduo, comprometendo a adoção de comportamentos saudáveis e, portanto, torna o sujeito mais vulnerável aos riscos à saúde. O autor afirma ainda que pessoas capacitadas e com elevada escolaridade ou bom nível de alfabetização podem ser mais conscientes acerca dos riscos de determinados comportamentos e assim evitá-los.

Vale salientar que o uso de medicamentos se faz necessário para o tratamento de doenças que acometem os idosos, contudo, também são considerados os fatores de risco, uma vez que o envelhecimento traz alterações fisiológicas importantes relacionadas ao metabolismo dos medicamentos, deixando essa parcela da população mais vulnerável (CARVALHO et al. 2012).

Em relação às reações adversas são interpretadas como novas entidades clínicas e tratadas com novos fármacos, constituindo a cascata iatrogênica. Além disso, em muitas situações, o profissional não questiona o idoso em relação aos medicamentos que utiliza, podendo propiciar a duplicidade de prescrições (CARVALHO et al. 2012).

Ao associar a polifarmácia com o sexo e a presença de comorbidades, Santos et al. (2016) constatou que, mesmo sem haver uma associação significativamente estatística, os homens são mais polimedicados, uma vez que também são os homens os que possuem mais (83) 3322.3222



comorbidades associadas à polimedicação. Tal situação pode ser explicada pelo fato deles procurarem com menor frequência os serviços de saúde. Assim, podem ser considerados menos cuidadosos com a saúde.

Dentre as medicações mais utilizadas, destaca-se a amitriptilina, clonazepam, diazepam, fluoxetina e ibuprofeno. Essas drogas são consideradas potencialmente inapropriadas ao consumo para idosos, conforme critério de *Beers*, que é uma importante medida de qualidade dos cuidados ao paciente idoso, pensando numa perspectiva de intervenções não farmacológicas (NASCIMENTO et al. 2017).

De acordo com o mesmo autor, é possível observar que as doenças crônicas como a Hipertensão Arterial e o diabetes mellitus pelo fluxo normal são tratadas através do uso de associação de fármacos. Nesse sentido, é fundamental o monitoramento dos profissionais de saúde nos medicamentos usados pela população idosa, com a finalidade de personalizar o tratamento de acordo com as necessidades específicas.

Nesse contexto, evitar o uso de medicamentos inadequados e de alto risco é uma estratégia importante, simples e eficaz para reduzir os problemas relacionados ao tratamento medicamentoso, principalmente na população idosa. A associação entre as diversas comorbidades avaliadas e a polifarmácia encontrada neste estudo é consistente com outros estudos realizados com idosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A polifarmácia apresenta-se como um desafio no âmbito da saúde pública, principalmente ao envolver a população idosa. Pode-se evidenciar que os idosos estão consumindo mais medicamentos, muitos deles de forma inadequada, além disso existe uma falha na comunicação entre os diferentes prescritores, entre prescritores e familiares e entre prescritores e pacientes. O desconhecimento do paciente é um ponto negativo no tratamento, pois o torna menos participativo no processo do tratamento.

Algumas medidas poderiam promover o uso racional de medicamentos entre idosos no Brasil: como a presença de um prescritor capacitado para esclarecer as dúvidas da família, dos cuidadores e dos próprios idosos sobre as consequências potenciais do uso não criterioso de medicamentos na idade avançada, pois a avaliação e monitoramento de esquemas terapêuticos,



especialmente em idosos, possibilita a identificação e suspensão de associações com interações medicamentosas potenciais, com a finalidade de minimizar os danos e qualificar o uso dos fármacos.

Nessa perspectiva, faz-se necessário o treinamento e educação de profissionais prescritores, com ênfase no estímulo a práticas preventivas e indicação de medicamentos para longevos; implementação de sistema de farmacovigilância com especial atenção ao uso de medicamentos por pessoas de maior idade; e disponibilização na rede pública de um pacote de medicamentos adequados para a população geriátrica.

Diante disso, é fundamental a educação em saúde de todos os usuários idosos, seja no âmbito público ou privado, a fim de melhorar os índices de complicações associadas a polimedicação, sendo necessário profissionais competentes e capacitados para intervir adequadamente no processo do cuidado ao paciente idoso, através de tecnologias leves, de baixo custo e com benefícios imensuráveis no tratamento e acompanhamento do usuário.

REFERÊNCIAS

BUENO, C. S. BUENO, C. S., BANDEIRA, V. A. C., de OLIVEIRA, K. R., COLET, de F. C. Perfil de uso de medicamentos por idosos assistidos pelo Programa de Atenção ao Idoso (P.A.I.) da UNIJUÍ. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, v. 15, n. 1, p. 51-61, Rio de Janeiro, 2012. Acesso em: 22 de maio de 2019.

CARVALHO, M. F. C., ROMANO-LIEBER, N. S., BERGSTEN-MENDES, G., SECOLI, S. R., RIBEIRO, E., LEBRÃO, M. L., DUARTE, Y. A. D. O. Polifarmácia entre idosos do Município de São Paulo - Estudo SABE. **Rev. bras. epidemiol.**, v. 15, n. 4, p. 817-827, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2012000400013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 de maio de 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2012000400013.

DA SILVA CORRALO. V., BOHNEN, L. C., SCHMIDT, C. L., DE SÁ, C. A. Fatores associados à polimedicação em idosos dos meios rural e urbano. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 21, n. 2. p. 195-210 Porto Alegre, . Acesso em: 22 de maio de 2019.

GAUTÉRIO, D. P., SANTOS, S. S. C., PELZER, M. T., BARROS, E. J., BAUMGARTEN, L. Caracterização dos idosos usuários de medicação residentes em instituição de longa permanência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, n. 6, p. 1394-1399, 2012. Acesso em: 22 de maio de 2019.

GOMES, H. O.; CALDAS, C. P. Uso Inapropriado de Medicamentos pelo Idoso: Polifarmácia e seus Efeitos. **Revista do Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 7, n. 1, Rio de Janeiro, 2008. Acesso em: 22 de maio de 2019.



NASCIMENTO, R. C. R. M.; ALVARES, J.; GUERRA, J. A. A.; GOMES, I. C.; SILVEIRA, M. R.; COSTA, E. A. Polifarmácia: uma realidade na atenção primária do Sistema Único de Saúde. **Rev. Saúde Pública**. 51 Supl. 2:19s. São Paulo, 2017. Acesso em: 22 de maio de 2019.

PEREIRA, K. G. Peres, M. A., Iop, D., Boing, A. C., Boing, A. F., Aziz, M., d'Orsi, E. Polifarmácia em idosos: um estudo de base populacional. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, p. 335-344, Santa Catarina, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-5497201700020013

RAMOS, L. R. Tavares, N. U. L., Bertoldi, A. D., Farias, M. R., Oliveira, M. A., Luiza, V. L., Pizzol, T. S. D., Arrais, P.S.D, Mengue, S. S. Polifarmácia e polimorbidade em idosos no Brasil: um desafio em saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, v. 50, supl. 2, 9s, São Paulo, 2016. Acesso em: 22 de maio de 2019.

SANTOS, B. S. M. D., Júnior, S., Galiza, F. T. D., Lima, L. A. D. A., Veloso, C., Monteiro, C. F. D. S. Polifarmácia entre idosos hospitalizados em um serviço público de referência **Revista de Enfermagem da UFPI**, v. 5, n. 1, p. 60-66, Piauí 2016. Acesso em: 22 de maio de 2019.

SECOLI, S. R. Polifarmácia: interações e reações adversas no uso de medicamentos por idosos. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 63, n. 1, p. 136-140, São Paulo, 2010. Acesso em: 22 de maio de 2019.

TELLES Filho, P. C. P., ALMEIDA, Á. G. P., PINHEIRO, M. L. P. Automedicação em idosos: um problema de saúde pública. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 21, n. 2, p. 197-201, Rio de Janeiro, 2013. Acesso em: 22 de maio de 2019.